

**ATA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE FORNOS DE ALGODRES,
REALIZADA NO DIA VINTE E NOVE DE JUNHO DE DOIS MIL E
DEZASSETE**

Aos vinte e nove dias do mês de junho de dois mil e dezassete, pelas dez horas, realizou-se no auditório dos Paços do Município, uma Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Fornos de Algodres, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1 – PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA

2 – ORDEM DO DIA

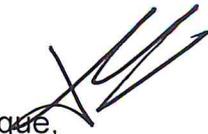
- e) Palavra do Presidente da Câmara Municipal;
- f) Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha – ADIRAM;
- g) Regulamento do Cartão Social de Fornos de Algodres.

3 – OUTROS ASSUNTOS DE INTERESSE PARA O CONCELHO

4 – INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Em virtude do Sr. Presidente da Assembleia Municipal ter faltado à sessão, foi o mesmo substituído pelo primeiro secretário Artur Francisco Almeida Oliveira, tendo este sido substituído pelo membro da assembleia Maria João Castanheira Albuquerque, ficando, assim, constituída a Mesa da Assembleia.

Procedeu-se, de seguida, à chamada dos membros da assembleia, tendo-se verificado a presença dos seguintes: Artur Francisco Almeida de Oliveira, Tiago Miguel da Costa Vaz de Sousa, Ana Teresa de Almeida Rodrigues Pinto, António José Elvas da Rocha, Manuel Gonçalves dos Santos, Adelino Maximiano Figueiredo, Luís Miguel Ginja da Fonseca, Rui Manuel Ferreira Lopes Furtado, Nélio Alexandre Ferreira Sequeira, Marcos André Lopes Paulo, Cristina Maria Campos Guerra, Elsa Fortunato Cardoso Fulgêncio, António Júlio Rebelo Oliveira, Álvaro Pedro Ferreira dos Santos, António Gonçalves Gomes, Luís Soares Agostinho, Maria João Castanheira Albuquerque, Vítor Hugo Cardoso Dias, Manuel José Almeida Paraíso e António Pires Fonseca.



O Sr. Presidente da Assembleia Municipal informou os presentes que, uma vez que houve um pedido de suspensão de mandato do membro da assembleia Carlos Manuel Andrade Costa, tomou posse previamente à realização da sessão, o membro Ana Teresa Pinto, desejando-lhe as boas vindas e um bom trabalho.

Esclareceu também que as atas referentes às sessões do dia 25 e 28 de abril foram enviadas via mail no dia 23 de junho, mas, por qualquer motivo, ficaram em rascunho até ao dia anterior ao da sessão, tendo sido, de imediato, efetuadas as diligências necessárias para ser reposta a legalidade e, nessa medida, questionou os membros da assembleia acerca da necessidade de proceder à leitura das mesmas.

Não havendo intervenções nesse sentido, o Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a ata da sessão extraordinária de vinte e cinco de abril tendo sido aprovada por unanimidade; de seguida foi colocada à votação a ata da sessão ordinária de vinte e oito de abril, tendo sido a mesma aprovada por maioria com duas abstenções.

Feita a leitura da convocatória, entrou-se no Período Antes da Ordem do Dia, tendo usado da palavra o membro da assembleia Cristina Guerra para pedir ao Sr. Presidente da Câmara alguma sensibilidade relativamente à situação dos feirantes que arrendam as barracas que circundam a praça, porque, como é do conhecimento geral, houve um decréscimo na afluência das pessoas ao mercado municipal, talvez motivado pela desistência da venda de queijo a retalho pelos produtores, e estes feirantes pagam cerca de 110€ por semestre, o que para eles constituiu uma quantia significativa, acrescido do facto de terem de pagar mais 8 ou 10 euros por mês, caso pretendam ter luz nas barracas.

Acrescentou que muitos estão a ponderar encerrar a atividade porque as manhãs de feira não lhes trás acréscimo no rendimento e, nessa medida, pediu ao Sr. Presidente da Câmara que, se possível, lhes fosse facultada a possibilidade de usufruir da luz sem pagar.

Seguidamente questionou o Sr. Presidente da Câmara acerca da relação do Município com a Foral, uma vez que constatou que nos pagamentos a fornecedores foi paga uma quantia a essa entidade.

Referiu também que tanto quanto sabe, o Sr. Presidente da Câmara faz parte dos Órgãos de Gestão da Foral, mas não se recorda de esse facto ter sido reportado à Assembleia Municipal, na medida em que o Art.º 6 do Regime Jurídico de Incompatibilidades e Impedimentos dos Titulares de Cargos Políticos e Altos Cargos Públicos, refere que os presidentes e vereadores de câmaras municipais devem comunicar às respetivas Assembleias Municipais e ao Tribunal Constitucional as novas funções; na medida em que esse facto não foi comunicado e a Câmara Municipal tem um relacionamento comercial com a referida entidade, solicitou ao Sr. Presidente da Câmara que regularizasse e explicitasse essa situação.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que a sua participação na Foral não foi, de facto, comunicada à Assembleia Municipal, uma vez que na altura não era suposto a prestação de serviços à Câmara Municipal, mas foi comunicada ao Tribunal Constitucional, e que este relacionamento comercial tem a ver com a prestação de serviços como a limpeza de caminhos e a venda de alguns produtos; reconheceu o erro, na próxima assembleia fá-lo-á, ou, caso assim o entendam, pedirá a sua demissão da entidade.

Relativamente à questão dos feirantes, referiu que para eles o valor é significativo, atendendo ao facto de a feira quinzenal passar por dificuldades e haver cada vez menos feirantes, sendo a maior parte deles vendedores de confeções; quanto à questão da luz e, caso assim o entendam, na próxima assembleia municipal será proposta uma alteração ao regulamento do mercado municipal.

O membro da assembleia Cristina Guerra pediu a palavra para esclarecer que a sua pretensão não é que o Sr. Presidente da Câmara se demita do cargo que ocupa na Foral, mas sim que regularize a situação na próxima assembleia.

Passou-se de seguida à Ordem do Dia, nomeadamente à alínea a) da Ordem de Trabalhos: “Palavra do Presidente da Câmara Municipal, acerca da atividade desta e da situação financeira do município, de acordo com a alínea c) do número 2 do artigo 25, da Lei número 75/2013, de 12 de setembro”, tendo o Sr. Presidente baseado a sua comunicação no ofício n. º42 datado de 19 de junho de 2017, o qual se dá aqui como transcrito e se considera como fazendo parte integrante desta ata.

Relativamente a este ponto interveio o membro da assembleia Luís Miguel Ginja referindo que na assembleia anterior congratulou o executivo pelo trabalho financeiro dos últimos três anos, mas não pode deixar de referir, também, que mesmo sem o período de carência, a autarquia está a fazer um enorme esforço no sentido de trabalhar com todas as freguesias e esse é um trabalho que deve ser enaltecido.

Por fim parabenizou o Sr. Presidente da Câmara por equilibrar a situação financeira do Município e por trabalhar com todas as freguesias.

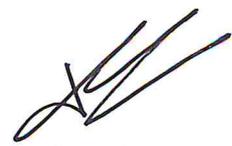
O membro da assembleia Manuel Paraíso pediu esclarecimentos relativamente à situação da vala do Vale do Grou em Vila Soeiro do Chão que está por intervencionar desde outubro de dois mil e quinze e relativamente ao caminho do cemitério de Vila Ruiva que também está por intervencionar apesar de estar sinalizado há vários meses.

Por fim questionou o Sr. Presidente da Câmara se persiste o projeto relativo à venda do material lenhoso da Estrada Nacional 16.

Interveio o Sr. Presidente da Câmara referindo que relativamente à intervenção do membro Luís Ginja, naturalmente que quem é eleito terá de fazer tudo para que as coisas corram bem e é essa a sua responsabilidade.

Relativamente à da venda das árvores da Estrada Nacional 16, referiu que falou com o técnico da Câmara Municipal, tendo este informado que apenas fez um levantamento das árvores e, seguidamente, irá reunir com o ICNF (Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas) no sentido de verificarem qual a melhor opção a tomar para resolver a situação e não tomarão nenhuma decisão sem antes falarem com o Presidente da União de Freguesias de Juncais, Vila Ruiva e Vila Soeiro do Chão.

No que diz respeito às outras situações abordadas pelo membro da assembleia Manuel Paraíso reconheceu que tem razão, mas um dos funcionários que trabalha na secção das águas está doente, outro colabora com os bombeiros, no entanto, irá dar indicações ao Sr. Engenheiro Paulo Santos para que coloquem o betuminoso junto ao cemitério de Vila Ruiva e, assim que for possível, farão a ligação da água ao centro do povo de Vila Soeiro do Chão.



Passou-se de seguida à alínea b) da Ordem do Dia: “Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha – ADIRAM”.

O Sr. Presidente da Câmara esclareceu que contrariamente ao que sucedeu em anteriores quadros comunitários, houve uma possibilidade de Fornos de Algodres vir a integrar um PRODER, uma vez que nunca anteriormente pertencemos a associações que permitissem, através de fundos comunitários, receber valores que seriam, depois, reencaminhados para as nossas aldeias e, simultaneamente, advir daí algum benefício para quem quisesse investir nessas aldeias; neste caso houve uma conjugação de esforços de alguns concelhos no sentido de integrar Fornos de Algodres nesta associação, mas para que isso possa acontecer é necessária a sua aprovação em Assembleia Municipal.

Referiu que fizeram várias candidaturas em que identificaram praticamente todas as aldeias do concelho, apesar de saberem de antemão que nem todas seriam classificadas como Aldeias de Montanha, tendo sido selecionadas, de acordo com os critérios da associação, Algodres e Figueiró da Granja; na altura reclamou junto do Presidente da ADIRAM referindo que havia outras aldeias no concelho que reuniam esses critérios e acredita que posteriormente sejam integradas mais duas ou três aldeias, com os benefícios que esse facto acarreta, nomeadamente no que diz respeito à sinalética e à possibilidade de financiamento para reconstrução.

O membro da assembleia Cristina Guerra referiu que está de acordo com a adesão a esta associação, mas pediu ao Sr. Presidente da Câmara para que, assim que sejamos membros efetivos, haja uma participação proativa da parte dos Serviços Técnicos, através da realização de reuniões com a população, no sentido de as informar acerca dos benefícios que podem ter, nomeadamente na reconstrução das casas.

O membro da assembleia Marcos Paulo referiu que considera a adesão a esta associação uma mais valia, mas, apesar das vantagens que daí advêm, gostaria de saber quais os custos inerentes, e se já estão agendadas algumas atividades ou protocolos.

O Sr. Presidente da Câmara relativamente à intervenção do membro Cristina Guerra, referiu que os Serviços Técnicos irão trabalhar com os



Presidentes de Junta das aldeias referenciadas, no sentido de aproveitar todas as oportunidades e linhas de financiamento.

Informou também que a adesão à ADIRAM implica uma joia inicial de 200€ (duzentos euros) e uma quota anual de 1.200,00€ (mil e duzentos euros), todos os projetos da Câmara Municipal que forem financiados por esta associação, terão uma comparticipação da Câmara Municipal, nomeadamente o Festival da Biodiversidade a realizar na Praia Fluvial, que terá uma comparticipação da ADIRAM de 85% e da Câmara Municipal de 15%.

Relativamente a este festival, referiu que terá um grande impacto quer a nível ambiental quer a nível de movimento no concelho de Fornos de Algodres e na região, à semelhança do Youth Cup e é já um benefício da nossa adesão à ADIRAM; caso esta adesão não seja aprovada, terão de cancelar o festival.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal colocou a alínea b) “Adesão do Município à Associação para o Desenvolvimento Integrado da Rede de Aldeias de Montanha – ADIRAM” à votação, tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida à alínea c) do ponto 2 da Ordem do Dia: “Regulamento do Cartão Social de Fornos de Algodres”.

Para se pronunciar acerca deste assunto, o Sr. Presidente da Câmara passou a palavra ao Sr. Vereador Alexandre Lote, tendo este referido que é importante que exista este regulamento, uma vez que há várias respostas a nível municipal nesta área, tornando-se importante regulamentar e enquadrar os critérios de adesão das pessoas a estes programas criando de forma uniforme e perceptível um único documento.

Acrescentou que é um regulamento que reflete os anteriores sendo uma mais valia consultar apenas um regulamento onde as pessoas possam ter acesso a todas as respostas e saber quais os procedimentos a tomar.

Não havendo mais intervenções acerca desta matéria, o Sr. Presidente da Assembleia colocou a alínea c) “Regulamento do Cartão Social de Fornos de Algodres” à votação tendo sido a mesma aprovada por unanimidade.

Passou-se de seguida ao Ponto Três da Ordem do Dia: “Outros Assuntos de Interesse para o Concelho”.

Interveio o membro da assembleia Álvaro dos Santos referindo que tomou conhecimento de miúdos que estão a frequentar o estágio, mas que a



partir de amanhã ficarão sem transporte escolar, e este facto preocupa-o uma vez que se não concluírem o estágio chumbam o ano.

Agradeceu ao executivo a atribuição de bolsas de estudo aos estudantes universitários, na medida em que os ajuda a suportar um pouco as despesas.

Referiu ainda que relativamente à questão dos incêndios florestais, tem frequentado ações de formação, tem-se deparado com alguns problemas nas freguesias e, nessa medida, pediu ao Sr. Presidente da Câmara Municipal que, em conjunto com as entidades competentes, se fizessem sessões de esclarecimento acerca desta matéria junto das populações e dos agricultores, que, por vezes, deixam os motores de rega e os vasilhames com combustível nas propriedades e alertá-los acerca dos procedimentos a tomar em caso de incêndio.

O membro da assembleia Marcos Paulo abordou a questão das bolsas de estudo e dos prémios de mérito escolar; relativamente aos prémios de mérito, referiu que se trata de uma situação simbólica que deveria ser apoiada não só pela Câmara Municipal, mas também por outras entidades e, nessa medida, questionou o Sr. Presidente da Câmara se houve alguma discórdia em relação a esta matéria, uma vez que verificou que em reunião de câmara houve duas abstenções na votação deste ponto.

De seguida questionou o executivo acerca do Conselho Municipal de Educação, uma vez que essa questão foi trazida a uma das primeiras Assembleias Municipais deste mandato e, ao que sabe, nunca reuniu.

Referiu ainda que deveria existir um Conselho Cinegético Municipal, obrigatório por lei, mas tem indicação que nem sequer foi constituído, o que acarreta implicações relativamente à caça municipal.

Por último, referiu que teve conhecimento que se iria realizar, no dia seguinte, uma reunião de câmara extraordinária relativamente a uma alteração orçamental, acrescentando que ainda na semana passada houve uma reunião de câmara com esse objetivo; afirmou que vamos já em nove alterações orçamentais e duas revisões orçamentais, o que o leva a colocar algumas questões, nomeadamente: onde está a capacidade organizativa, que orçamento é este e onde está o rigor imposto aquando a apresentação do orçamento. Acrescentou que alguma organização nesta matéria tornava



desnecessárias estas alterações consecutivas, até porque algumas delas estavam já previstas e acauteladas há muito tempo.

O membro da assembleia Manuel Gonçalves interveio abordando a questão dos incêndios florestais referindo que para além de se falar nos incêndios, nomeadamente no incêndio de Pedrógão que causou o pânico a nível da Europa, é necessário apurar responsabilidades, dizer que em Portugal a solidariedade existe, como se constatou no MEO Arena, e homenagear os bombeiros.

Referiu também que foi ali falado em atitudes proativas e, realmente, tem de haver uma atitude proativa relativamente aos incêndios, que deverá passar pela limpeza das bermas e das matas, pela sensibilização das pessoas e pelo reordenamento florestal. Acrescentou que o reordenamento florestal vai ser um processo complicado na medida em que será difícil convencer as pessoas a derrubar os muros de modo a alargar os espaços, e conseguir, assim, escala para a agricultura; só reordenando a floresta se conseguirá evitar tragédias como a de Pedrógão que poderão acontecer em qualquer concelho, como há trinta anos atrás na freguesia de Juncais, em que o incêndio passou de uma margem para outra, em questão de segundos.

De seguida louvou o trabalho dos responsáveis pelas obras nos acessos à Caixa Agrícola, nomeadamente o muro, afirmando que a “palavra” ainda vale alguma coisa, uma vez que a construção do referido muro foi consequência de um acordo verbal entre o Presidente da Câmara de então e o empreiteiro.

Parabenizou o executivo pela Fornos Cup, sugerindo que seria bom se houvesse um evento do género no inverno, porque para além de atrair muita gente e reanimar o tecido empresarial, faz com que Fornos de Algodres seja visto como um concelho com uma atitude ativa relativamente à juventude.

Por fim, referiu que a próxima sessão da Assembleia Municipal será realizada já em período de campanha eleitoral e, nessa medida, fez um apelo de contenção a todos nas eleições, à semelhança do esforço de contenção do PS nos últimos anos, face aos ataques e calúnias de que foi alvo.

O membro da assembleia Cristina Guerra subscreveu as palavras do membro da assembleia Manuel Gonçalves acerca da postura das pessoas em campanha eleitoral, acrescentando que já todos conhecem a sua frontalidade e a sua ponderabilidade.

Referiu ainda que o Sr. Presidente da Câmara se comprometeu, numa das sessões da Assembleia Municipal, a resolver o problema do saneamento da escola C+S, mas, até à data, ainda não viu nenhuma preocupação nesse sentido e, se até setembro nada for resolvido, fará uma participação ao Ministério do Ambiente.

O membro da assembleia Manuel Paraíso abordou a questão das bermas do concelho, nomeadamente as bermas da municipal que liga a N16 a Vila Soeiro do Chão, uma vez que as mimosas já invadiram a estrada, tornando difícil a circulação e, para além disso, já estão sem limpa bermas desde a primavera de 2015.

Questionou o Sr. Presidente para quando se prevê a conclusão das obras do cemitério de Juncais, qual o ponto de situação das fossas de Vila Ruiva, da sinalética e da cerca que rodeia a necrópole de Vila Ruiva.

Finalmente parabenizou o executivo pela iniciativa da biodiversidade, apesar de achar que devem repensar o tema do festival de música, uma vez que já não estamos em época de narcisos.

O membro da assembleia municipal António José Elvas interveio referindo que concorda com as palavras do membro da assembleia Manuel Gonçalves relativamente à questão dos incêndios acrescentando que tragédias como a de Pedrógão podem ser evitadas, responsabilizando os cidadãos para as limpezas dos caminhos e matas e que as entidades competentes se devem impor e aplicar a lei; relativamente à limpeza das bermas das estradas, referiu que as Juntas de Freguesia se deveriam responsabilizar, uma vez que em tempos havia elementos das juntas a fazer esse trabalho.

Relativamente ao Fornos Cup, felicitou todos os colaboradores e participantes referindo que foi uma mais valia porque enobreceu e deu mais vida ao concelho.

O membro da assembleia Maria João Albuquerque questionou o Sr. Presidente da Câmara para quando se prevê a ida do limpa bermas para a freguesia da Matança, na medida em que tal não acontece desde 2014.

O membro da assembleia Luís Miguel Ginja relativamente à questão das alterações orçamentais, lembrou que quando foi vereador, só num ano se fizeram vinte e três alterações e que uma câmara só funciona com muitas alterações orçamentais.



Quanto à despesa das reuniões extraordinárias da autarquia, referiu que era necessário que o executivo reunisse mais vinte vezes para superar o valor de uma assembleia municipal, na medida em que uma reunião de câmara extraordinária tem o custo de cento e vinte euros e uma sessão da assembleia municipal tem um custo de dois mil e quinhentos euros.

Acrescentou que acha muito bem que reúnam extraordinariamente porque é sinal que o executivo dialoga.

O Sr. Presidente da Câmara relativamente aos transportes escolares referiu que até à data ainda não houve nenhum pedido por parte da escola nesse sentido, mas caso isso aconteça, a Câmara estará disponível para assegurar o transporte dos estagiários.

Relativamente às bolsas de estudo, esclareceu que houve um esforço nesse sentido, na medida em que, este ano, houve um maior número de candidaturas em relação ao ano passado; é uma medida que não agrada a toda a gente, mas as bolsas são atribuídas com base nos documentos entregues pelas pessoas, nomeadamente a declaração de IRS e não é função da Câmara Municipal investigar quais os sinais de riqueza das pessoas.

Relativamente à questão dos incêndios florestais, concordou com o membro da assembleia Álvaro dos Santos, referindo que tem de haver pedagogia junto das populações acerca dessa matéria e aqui tem um papel fundamental o Técnico Florestal da Câmara Municipal e os Bombeiros Voluntários.

No que diz respeito aos prémios de mérito, referiu que houve duas abstenções e três votos a favor com uma declaração de voto do Presidente da Câmara onde esclarecia que apesar de ter votado a favor, entende que este não é o melhor modelo de avaliação uma vez que nem todos os alunos têm as mesmas condições de estudo.

Em relação ao Conselho Cinegético Municipal, referiu que o Presidente do Clube de Caça e Pesca está presente e poderá pronunciar-se acerca desta matéria, nomeadamente de houver alguma situação a resolver relativamente à sua criação.

Relativamente às revisões orçamentais, esclareceu que a primeira revisão foi feita por causa do empréstimo do FAM, sendo necessário efetuar uma revisão em alta do orçamento para se proceder à entrada do valor do

empréstimo; a segunda revisão é de carácter obrigatório para inserção do saldo de gerência do ano anterior.

Esclareceu que na elaboração de um orçamento tem de haver um histórico do que se vai fazer, tendo como base o orçamento dos anos anteriores e que estas alterações foram feitas por motivos excepcionais.

Relativamente à questão dos incêndios, referiu que é uma situação que o preocupa, nomeadamente devido ao facto de haver uma mata junto à parte norte da vila, mas a Câmara Municipal tem feito o trabalho possível; irá ser feita uma intervenção junto às habitações do Sr. Albano Guerra, do Sr. Sobral e outros para minimizar os riscos e, durante este ano, procederam à abertura de caminhos em terrenos privados que, em caso de incêndio, permitem a circulação dos bombeiros.

Quanto ao muro da Caixa Agrícola referiu que havia um compromisso verbal que estava contemplado no processo de requalificação da zona, na medida em que havia benefício para todos.

Relativamente ao Fornos Cup referiu que estão todos de parabéns porque é um evento já reconhecido a nível nacional, mas lamentou que a Associação de Futebol da Guarda não estivesse presente e não tivesse prestado apoio; agradeceu a todos os que colaboraram na realização do evento, nomeadamente aos voluntários e aos parceiros DARAL, APSCDFA no apoio prestado relativamente à alimentação, Associação de Maceira e Santa Casa da Misericórdia, que colaboraram para que este projeto fosse realizado.

Relativamente às intervenções dos membros da assembleia Manuel José e Maria João, esclareceu que o limpa bermas está a operar, esteve em Infias e Casal Vasco e depois irá para Rancosinho e Furtado.

Quanto à limpeza das bermas da EN16, referiu que a Câmara terá de recorrer à prestação de serviços porque não tem capacidade para fazer esse trabalho.

Informou que a GNR já notificou a Câmara Municipal para pagar uma multa relativamente a um dos caminhos e, como tal, terão de resolver esta situação o mais breve possível. Ao que lhe foi dito pelo capitão do SEPNA de Gouveia, a GNR vai atuar junto de várias entidades, nomeadamente câmaras municipais, Águas de Portugal, CP, etc.

Relativamente à questão das fossas da escola C+S informou que o projeto está feito, não é um trabalho fácil e os custos são avultados, mas, até setembro, a situação terá de ser resolvida antes do início do ano letivo; os projetos referentes às fossas de Vila Ruiva, Algodres e Muxagata estão praticamente finalizados e serão as primeiras a ser intervencionadas logo que haja disponibilidades financeiras.

No que concerne à intervenção do membro da assembleia António Elvas da Rocha relativamente aos incêndios referiu que é de louvar a postura de todos os agentes políticos, no entanto, devem-se apurar responsabilidades.

Relativamente ao Conselho Municipal da Educação, o Sr. Presidente da Câmara deu a palavra ao Sr. Vereador Alexandre Lote, tendo este referido que desde que entraram no executivo têm enviados emails para a Assembleia Municipal para designar o seu representante, mas, até à data, esta matéria nunca fez parte da ordem de trabalhos, pelo que não podem iniciar os trabalhos sem essa nomeação.

Quanto ao festival de música, a ideia inicial era haver três ações – Seminário Ambiental, o Landart e o Festival de Música; o Landart seria feito entre fevereiro e abril e o trabalho seria exposto aquando do festival, mas surgiu a possibilidade de financiamento e, desse modo tiveram de alterar o programa.

O Sr. Presidente da Assembleia em substituição, referiu que no final de 2013, numa das assembleias municipais se fez um apelo para a constituição do Conselho Cinegético de forma a que a Assembleia Municipal pudesse designar um representante.

Relativamente ao Conselho Municipal de Educação referiu que nunca funcionou muito bem e não tem conhecimento de nenhum pedido para a eleição de um membro, mas irá questionar o Sr. Presidente da Assembleia Municipal.

Referiu ainda que irá informar a equipa responsável pelos estágios profissionais relativamente à disponibilidade da Câmara Municipal em assegurar o transporte dos estagiários.

Relativamente ao Fornos Cup referiu que não foi feita pelo Sr. Presidente da Câmara qualquer referência à participação do Agrupamento de Escolas de Fornos de Algodres no referido evento, mas a escola também esteve presente, contribuindo com a cedência do refeitório, do respetivo gás e

com o serviço de um assistente operacional para o acompanhamento das atividades.

O Sr. Presidente da Câmara Municipal reconheceu que não referiu a participação do Agrupamento de Escolas no Fornos Cup, mas fê-lo sem intenção, porque, de facto, o Agrupamento teve um papel importante na confeção das refeições.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal ainda no que diz respeito ao transporte dos alunos, referiu que recebeu a indicação de que não havia sido identificada nenhuma situação de carência de transporte, mas caso haja essa necessidade, agradece a disponibilidade da Câmara Municipal.

Passou-se de seguida ao último ponto da Ordem do Dia: “Intervenção do Público”, verificando-se que pretendeu usar da palavra o Sr. Porfírio Paraíso, que fez chegar à Mesa da Assembleia um requerimento onde referia querer intervir sobre a conclusão do processo crime instaurado contra ele, decorrente de uma participação feita pela Mesa da Assembleia Municipal; acerca deste assunto, questionou o Sr. Presidente da Assembleia se tinha conhecimento do resultado dessa participação ou se pretendia que fosse ele a informar os presentes.

O Sr. Presidente da Assembleia em substituição esclareceu que o Sr. Presidente da Assembleia fez uma participação ao Ministério Público sobre a conduta do Sr. Porfírio Paraíso em duas Assembleias Municipais, mas a iniciativa de instaurar um processo crime partiu da Sra. Dra. Juíza e, nessa medida, como não se pode pronunciar acerca da conclusão deste processo uma vez que não foi a Mesa da Assembleia a instaurá-lo, não fará nenhuma referência, contudo, permitiu que o Sr. Porfírio Paraíso usasse da palavra.

O Sr. Porfírio Paraíso referiu que depois de ouvidos os testemunhos dos membros da assembleia, os factos apresentados não foram provados e, nessa medida, o público deve ocupar democraticamente o espaço que lhe é atribuído na Assembleia Municipal, acrescentando que poderia apresentar uma queixa por difamação contra a Mesa da Assembleia.

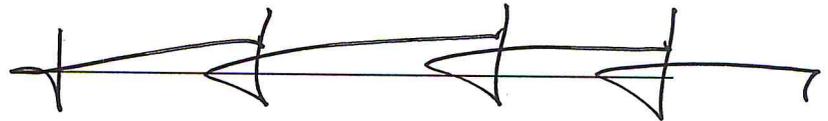
O Sr. Presidente da Assembleia referiu que iria dar por encerrada esta questão pelas razões anteriormente apresentadas, e que o cidadão estaria à vontade para proceder da maneira que entendesse, aceitando as

consequências previstas na lei, se ultrapassasse a possibilidade de usar da palavra nos termos regimentais.

O Sr. Presidente da Assembleia colocou à votação a aprovação em minuta das deliberações tomadas, tendo obtido a unanimidade dos presentes; depois de lida a referida minuta, foi aprovada por unanimidade e assinada pelos membros da Mesa da Assembleia.

O Sr. Presidente da Assembleia Municipal deu por encerrada a sessão, da qual se lavrou a presente ata que, depois de lida e aprovada, vai ser assinada nos termos da Lei.

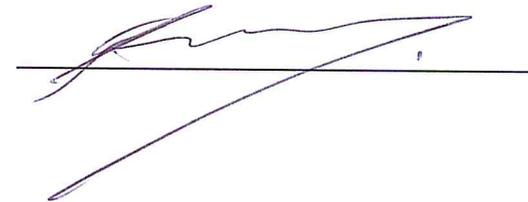
O Presidente

A large, stylized handwritten signature in black ink, consisting of several sharp, angular strokes.

O Primeiro Secretário

A handwritten signature in black ink, appearing as a cursive scribble above a horizontal line.

O Segundo Secretário

A handwritten signature in black ink, consisting of several sweeping, curved strokes above a horizontal line.